

CORREIO DE CAMPINAS

POR
RAQUEL VALLI

Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas



Prefeito Dário Saadi (Republicanos) no Paço

Ativista quer prefeito e vereador investigados

O ativista político Adriano Novo informou publicamente e confirmou por telefone ao **Correio da Manhã** que irá protocolar um pedido de Comissão Processante (CP) na Câmara Municipal contra o prefeito Dário Saadi e o vereador Higor Diego, ambos do Republicanos-SP. A justificativa, segundo Novo, são os escândalos em relação ao Transporte (leia mais abaixo). “Numa cidade onde tudo estivesse às claras, uma comissão processante jamais seria necessária, mas a realidade é outra. A CP não é uma sentença, é uma lanterna lançada sobre os corredores escuros do poder e, gostem ou não, é um dos poucos instrumentos que o cidadão comum possui para exigir transparência”, afirma.

Escândalos no transporte

“Se há dúvidas, que sejam esclarecidas, se há perguntas, que sejam respondidas, porque o que realmente ameaça a democracia não é a investigação, é a escuridão”, diz. Novo se refere ao vídeo gravado na sede da Smile Transportes, em Paulínia, empresa de ônibus que compõe o Consórcio Grande Campinas, vencedor do Lote Norte da licitação do transporte público municipal.

Arquivo Pessoal



Ativista político de Campinas, Adriano Novo

Conteúdo e posicionamento de Higor

As imagens dão conta de que o vereador afirma que um assessor do prefeito orientou a mudança de estratégia para reduzir o prazo dos atuais contratos de ônibus, com o aval de Saadi, e que Jesus, diretor da Smile, concordou com a redução, defendendo que o recuo serviria para aliviar a pressão da imprensa sobre o governo municipal e preservando a imagem política do prefeito. Procurado, o vereador informou que irá “aguardar o objeto da denúncia” para se pronunciar.

Resposta da prefeitura

Já a prefeitura declarou que pedido de Comissão Processante é prerrogativa de qualquer cidadão e que os vídeos não trazem fatos novos, tratando de prorrogação contratual amplamente debatida. Pontuou que o prazo de 3 anos caiu para 2 após discussões, e que o prefeito nunca se reuniu nem falou com o empresário citado.

PINGA-FOGO

Mais que o salário mínimo

O recente acordo entre a Prefeitura e o sindicato da categoria reajustará em 7,5% o vale-alimentação dos servidores da ativa, que passarão a receber R\$ 2.150,12. O montante supera expressivamente a realidade econômica do país, representando um valor 14,71% acima do que o próprio salário mínimo, que é de R\$ 1.874,36.

Ética pra quê?

A concessão de um benefício alimentício que ultrapasse o piso salarial nacional configura uma flagrante distorção ética. É inadmissível que um auxílio isolado tenha maior poder de compra do que a remuneração mínima do trabalhador. E não é porque o soldo do brasileiro é míngua, que o vale-refeição do estatutário deva ser opulente.

No meu bolso, não

O projeto de lei com as propostas, que deveria ser denominado “Das Disparidades”, será encaminhado à Câmara Municipal, enquanto as secretarias e o sindicato ainda continuarão os debates sobre benesses específicas, desafiando toda e qualquer equidade social. Mas, não deveriam ser os sindicalistas os primeiros a zelar por tal justiça?

Hipocrisia vermelha

Os representantes sindicais e os próprios servidores filiados precisam abandonar a hipocrisia observada neste processo. A categoria costuma discursar em favor da justiça social, mas protesta e aceita reajustes de benefícios que geram abismos em relação aos próprios pares brasileiros, incluindo os da iniciativa privada e os cidadãos de Campinas, a quem deveriam servir.

Da boca pra fora

Se houvesse coerência, deveriam recusar reajustes desproporcionais e concentrar os esforços na defesa do aumento do salário mínimo nacional. A verdadeira solidariedade com a classe trabalhadora exige a rejeição de privilégios e a aplicação prática da igualdade que tanto defendem publicamente.

Coerência reivindicatória

As entidades sindicais precisam demonstrar coerência entre a retórica igualitária e as ações práticas nas mesas de negociação. A busca por benefícios, como vales-refeição que superam o piso salarial do país, deslegitima qualquer discurso que visem verdadeira justiça social.



Funcionários do hospital não receberam

Funcionários da Santa Casa sem vale-transporte

Irmandade atrasou o benefício; salário já caiu, mas atrasado

Por Raquel Valli

Funcionários da Irmandade de Misericórdia de Campinas, que abrange os hospitais Irmãos Penteados e Santa Casa, estão sem receber o vale-transporte deste mês, segundo denúncia do grupo Santa Causa - membros que conseguiram na Justiça suspender a eleição da nova mesa diretiva por falta de transparência.

Além disso, os salários, que deveriam ter sido pagos na sexta-feira (5), foram acertados na segunda (8) à tarde. A diretoria do hospital emitiu um comunicado interno atribuindo a responsabilidade pelo atraso a um travamento burocrático na conta bancária, alegando que a instituição financeira exigiu análises jurídicas internas adicionais e burocracias extras para efetuar a liberação dos recursos da folha de pagamento. Segundo a versão apresentada pela diretoria, essas exigências decorreram diretamente da decisão da Justiça de São Paulo, que determinou a suspensão das eleições para a escolha do novo comando do hospital.

Por outro lado, a Santa Causa, que ingressou com a ação, contesta a justificativa, pontuando que o ingresso na esfera judicial ocorreu devido justamente em razão da incompetência da atual gestão na condução do processo eleitoral. Relata que a diretoria omitiu dados essenciais do pleito, escondendo a lista de votantes habilitados

e estruturando um processo sem os mecanismos de transparência exigidos pelas normas legais e estatutárias.

Ainda de acordo com o Santa Causa, a necessidade de garantias especiais demandadas pelo banco decorre da fragilidade legal em que a atual diretoria se encontra, sendo os atrasos consequências das condutas da própria administração. “Se o banco exigiu burocracias extras e análises jurídicas internas para liberar a folha, isso ocorreu única e exclusivamente porque a atual gestão colocou a Santa Casa em uma situação de grave instabilidade jurídica”, declara. Para o grupo, a atribuição de culpa à decisão judicial configura uma tentativa de desviar o foco de falhas de planejamento, de incapacidades de antecipação e do esgotamento do modelo administrativo vigente no hospital. “Como profissionais que defendem a legalidade, temos o dever de restabelecer a verdade. O uso do salário e do sustento dos trabalhadores como escudo político é uma prática inaceitável”, declara a nota enviada à imprensa.

O outro lado

O **Correio da Manhã** entrou em contato com a atual gestão da irmandade, que até o fechamento desta matéria não se pronunciou a respeito. O espaço segue aberto para publicação do posicionamento.